

A VISÃO DO PASSADO COLONIAL DO BRASIL NO PENSAMENTO DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA*

DENIS BERNARDES**

RESUMO: Este trabalho tem por objeto o papel do conhecimento histórico na criação do Estado nacional brasileiro. Busca examinar em que medida a ruptura com a metrópole foi acompanhada de um conhecimento histórico do passado colonial como base para uma posição crítica face ao mesmo. A análise das questões acima colocadas está centrada no exame do pensamento de José Bonifácio.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Nacional; História; Passado Colonial.

ABSTRACT: The subject of this work is the role of the historical knowledge in the building of the Brazilian national state. How the rupture with de metropole was followed by a historical knowledge of the colonial past which a base for a critical aproach in front of that past. The questions above are analized by the examination of José Bonifácio's think.

KEYWORDS: National State; History; Colonial Past.

I

O papel do escrito histórico na formação dos Estados Nacionais é reconhecido de há muito. Todo projeto nacional implica numa visão ou revisão – freqüentemente ambas ao mesmo tempo – do que se considera ser o passado nacional ou pré-nacional, quaisquer que sejam suas estruturas políticas, seus pressupostos, e a classe que representa ou pensa representar esse projeto.¹ Os numerosos estudos dedicados à utilização do escrito histórico para fins políticos insistiram sobre as deformações ideológicas praticadas, para pôr a história a serviço dos Estados. Mas, aqui orientamos nossa investigação para outra direção ao propormos algumas reflexões sobre o papel do conhecimento do passado colonial na elaboração do projeto de Independência do Brasil.

Trata-se de examinar em que medida a tomada de consciência da situação colonial e a vontade de se separar da metrópole foram associadas ao explícito conhecimento do passado, ou como os participantes da Independência puderam fundar um projeto nacional. Em outras palavras, em que elementos da história se procurou estear a afirmação de uma autoconsciência nacional, que tradição histórica invocada como patrimônio se opunha àquela vista como parte integrante do sistema colonial?

Examinar esta questão do conhecimento histórico e de seu papel no quadro de um projeto de Independência e de criação de um Estado oriundo de uma situação colonial apresenta problemas específicos a essa situação e a esse quadro, sobretudo quando são comparados, por exemplo, ao que ocorreu na Europa no século XIX, no que se chamou o despertar das nacionalidades.²

No Brasil, a independência, a criação de um novo Estado, a afirmação de uma nova e distinta nacionalidade, exprimiram e significaram mais que o resultado de diferenciações fundamentais e de antagonismos nos interesses econômicos entre a colônia e a metrópole. Elas vão muito além das exigências, bem reais, de reestruturação do comércio mundial a partir da emergência e da consolidação da Revolução Industrial. Todo o interesse e a complexidade da questão residem não somente na decadência das antigas metrópoles e de sua eliminação dos fluxos de troca como também no fato de que os novos centros de dominação tiveram de

aceitar a emergência de novas estruturas políticas: os Estados Nacionais surgidos da crise do Antigo Sistema Colonial.

Grande parte da imensa historiografia consagrada à Independência da América Latina insistiu nos seus limites: a Independência teria sido um formalismo político que não pôde ou não quis se livrar das novas dependências econômicas. Dentro desta ótica, a Independência da América Latina teria sido apenas a substituição das antigas metrópoles por novas metrópoles econômicas, notadamente a Inglaterra. Sem querer, evidentemente, desconhecer ou subestimar os limites, por demais evidentes, da Independência do continente latino-americano, pensamos que reduzindo a análise a esse único aspecto, simplifica-se excessivamente o referido processo histórico e corre-se o risco de deixar de lado outros elementos que também estavam presentes.

Lembremos, sucintamente, a existência de uma importante discussão sobre a situação colonial, de projetos de reorganização política, cultural, social e étnica que, malgrado seus fracassos, merecem ser reexaminados. Lembremos, ainda, as discussões sobre a escravatura, suas conseqüências, sua manutenção ou sua abolição, sobre a estrutura da propriedade fundiária, sobre as populações indígenas e sua integração à comunidade nacional, sobre as relações inter-raciais, sobre o papel da Igreja, sobre a liberdade de consciência e de expressão, sobre a educação do povo, sobre a identidade nacional, sobre os regimes políticos e formas de governo mais bem adaptadas à realidade latino-americana. Se o resultado das lutas políticas em torno destas questões foi impor a solução conservadora, oligárquica, antipopular, isso não abole o fato de haver existido outras alternativas, alternativas afastadas como resultado das lutas políticas.

De todo modo, e considerando apenas o aspecto político das dificuldades da democracia na América Latina, tais dificuldades não eram imputáveis exclusivamente a esta parte do globo. Como se sabe, o contexto no qual ocorreu a Independência dos países latino-americanos foi um contexto de refluxo da revolução mundial e de restauração da antiga ordem com a volta da mais reacionária união do trono e do altar, acompanhada de uma estreita censura sobre as artes, a literatura, a imprensa, a ação da polícia secreta, tudo isso sob o manto da internacional dos reis e dos príncipes: a Santa Aliança. Na realidade, se as potências européias,

como a Inglaterra e a França pretendiam se substituir às antigas metrópoles, todas acompanhavam com certo receio os acontecimentos ligados ao processo de liquidação do antigo sistema colonial. Esse processo dependia essencialmente dos conflitos que se desenrolavam *no interior* do espaço colonial e cujo resultado podia influir no curso histórico da Europa.³

O movimento da Independência e a criação do Estado Nacional revelaram também as diferenciações e antagonismos culturais concernentes à língua, sensibilidade musical, religiosidade, etc. Os conflitos que opunham os brasileiros e portugueses apoiaram-se sobre tais diferenciações e os próprios brasileiros se consideravam cada vez menos como portugueses nascidos no Brasil.⁴ Ademais, a existência de brasileiros mestiçados, objeto de discriminação racial e social, foi um fator relevante para dar a importante segmento da população um motivo de mobilização política contra a dominação metropolitana sob suas diversas formas.

Mas se a Independência já significava o começo de uma nova fase histórica, se sua condição – pouco importam seus limites – era a liquidação de um passado de submissão à metrópole, vários aspectos da herança colonial não podiam ser apagados, pelo menos de imediato, e iriam, inevitavelmente, constituir as bases e o tecido histórico da nova nação. Todas as diferenciações e conflitos não podiam suprimir a língua, a religião, a organização econômica, as relações de produção, os costumes, os hábitos. Em resumo, era preciso enfrentar o problema da história colonial, visto que era impossível basear tudo somente em 1822, como o fim de três séculos de dominação colonial e início da vida nacional.

Ademais, a formulação do projeto da criação de uma nação oriunda de uma situação colonial se apresentava num contexto intelectual e político carregado de problemas teóricos, a saber: o lugar do Novo Mundo na história universal, a imensa problemática nascida junto com a descoberta e que Antonello Gerbi chamou “La disputa del Nuevo Mundo”.⁵

Se o pensamento iluminista europeu forneceu todo um arsenal teórico aos colonos em ruptura com a metrópole, se esses colonos utilizaram argumentos tirados desse mesmo arsenal para reforçar sua experiência dos males da colonização com uma prestigiosa referência intelectual, a própria crítica iluminista da colonização trazia no seu bojo um lado crítico ao Novo Mundo e mesmo, com muita frequência, não lhe reservava

lugar na história universal.⁶ A historicidade era propriedade exclusiva do Velho Mundo, sendo o Novo relegado ao reino da natureza ou ao limite da nascente antropologia, voltada para a observação, o estudo e a classificação de tudo o que parecia como situado aquém dos limites da civilização.⁷

É verdade que o outro lado da “disputa”, inclusive aquele carregado da crítica iluminista ao sistema colonial, apresentava-se às vezes cheio de grandiloquência profética sobre seu futuro, predizendo-lhe até um lugar de destaque na história universal. Esta, de algum modo, se deslocaria de leste para oeste, e a mocidade do Novo Mundo, cheia de força e de vitalidade, contemplaria as ruínas e a decrepitude do Velho Mundo. No entanto, malgrado a existência de uma longa tradição de exaltação e de deslumbramento em face da natureza e de suas potencialidades, malgrado o fulgor da revolução americana e, mais tarde, das lutas pela Independência na América Latina, esse Novo Mundo permanecia ainda como uma promessa a ser cumprida, de algum modo, uma criança que deve crescer.⁸

Os homens que fizeram a independência estão plenamente conscientes dessa problemática, embora, cá e lá, tenham às vezes ignorado alguns desses aspectos. E encontramos, de uma maneira ou de outra, ao longo da formação do pensamento latino-americano, os ecos da polêmica aqui evocada, quer no sentido de promessas, quer no sentido negativo do abatimento em face deste mundo destinado à imperfeição paradoxal de uma imaturidade condenada a nunca se tornar um fruto desenvolvido.

II

O reformismo esclarecido tendo marcado, bem ou mal, a ação metropolitana perante a colônia durante os últimos decênios do século XVIII, foi acompanhado de um interesse crescente para o melhor conhecimento de todos os aspectos da vida colonial, inclusive de sua história.⁹ O conhecimento da história colonial se impusera como uma necessidade aos agentes metropolitanos desejosos de implantar as reformas ao sistema e aos colonos à procura de argumentos garantindo suas reivindicações perante o Estado metropolitano.¹⁰ A formação política dos colonos que progressivamente se afastaram do projeto de integração da colônia

ao reformismo metropolitano processou-se a partir da experiência pessoal da situação colonial, mas também se elaborou graças ao conhecimento do passado colonial. A esse conhecimento associavam-se também, para alguns, uma cultura clássica impregnando a reflexão política sobre o presente e a leitura das obras de história universal. Malgrado a existência de barreiras opostas ao desenvolvimento intelectual da colônia certos focos se formaram e uma elite letrada se constituiu.¹¹

Uma de suas ocupações foi o estudo da história, a redação de obras tendo como assunto aspectos da história colonial, tais como as crônicas das ordens religiosas e as genealogias das principais famílias.¹² No programa de estudos do célebre seminário de Olinda, que contava entre seus professores participantes de primeira ordem da revolução de 1817, o ensino da história universal, portanto também a de Portugal, ocupa um lugar não desprezível.¹³

A utilização do conhecimento histórico não foi, portanto produto das circunstâncias de duração limitada, nem o resultado de um pensamento improvisado apressadamente em face dos acontecimentos ligados ao processo de descolonização. Esses, evidentemente, contribuíram para dar a reflexão histórica dos colonos, um lugar e um papel importante na elaboração do pensamento político no momento da Independência, mas suas raízes estão mais distantes.

Quando os acontecimentos da história universal se manifestaram no Brasil, “em virtude da invasão de Portugal pelos exércitos do César do século”,¹⁴ as fórmulas historiográficas mais ou menos proféticas sobre o Império do Brasil pareciam, finalmente, se cumprir. A colônia chegava assim à plena historicidade: ao atravessar o Atlântico e encontrar guarida em solo americano, a antiga monarquia portuguesa conferia a este uma nova dignidade.¹⁵

Falou-se em verdadeira “redescoberta do Brasil” a propósito das dezenas de obras escritas por estrangeiros, que a instalação da Corte no Brasil permitiu percorrer e conhecer. Mas essa “redescoberta” foi também feita pelos habitantes do país. Tratam-se de membros da administração, militares encarregados de inquirir, por exemplo, as condições de defesa das capitânicas mais longínquas, particulares que haviam deixado suas casas para ir ver o Príncipe e a Corte, procurando obter alguns benefícios ou privilégios.¹⁶

III

Na história do Brasil e na Independência em particular, ninguém mais do que José Bonifácio de Andrada e Silva representou tão bem e tão perfeitamente o tipo de *colono* anteriormente evocado: impregnado de cultura iluminista, com um conhecimento direto dos acontecimentos históricos fora das fronteiras coloniais, tendo ocupado cargos importantes na administração metropolitana inclusive na mais prestigiosa de suas instituições culturais, dono de sólida formação científica, reconhecida nos meios culturais europeus.¹⁷

Pode-se dividir a carreira de José Bonifácio em dois grandes períodos: aquele passado na Europa e particularmente em Portugal, e aquele que inicia com seu regresso ao Brasil em 1819.

O primeiro período foi dedicado sobretudo às suas atividades de cientista e de responsável por obras públicas de grande porte, pela direção das explorações minerais na metrópole, pela sua cadeira na Universidade de Coimbra e pelo seu posto de secretário na Academia Real das Ciências de Lisboa.¹⁸

O segundo principia com a sua participação na Junta do Governo da capitania de São Paulo e vai crescendo até galgar o posto de ministro do príncipe regente D. Pedro e, a seguir, de ministro do Império. Abrange também seu conflito com o Imperador, sua destituição, sua prisão, seu exílio, seu regresso e sua reconciliação, quando da abdicação do monarca, que o escolheu como tutor de seus herdeiros, até ser destituído de sua função pela Regência em 1833.

Examinar seu pensamento, levando em conta esses dois períodos é acompanhar de forma exemplar a evolução do pensamento político de uma fração muito representativa dos participantes da Independência, sabendo que se trata aqui do pensamento de um homem que pela sua própria história, pela sua cultura e pelo papel que desempenhou era fora do comum. Mas ele representa em toda sua complexidade o exemplo de um filho da colônia que aceitara de início a integração ao Império português, enquanto lutava para conservar uma ampla autonomia à parte do Império que é o Brasil, conseguindo, a seguir, romper com a idéia da união no seio do Reino Unido, tornando-se, entre os brasileiros, aquele que encarna o personagem principal da Independência.

Dispomos de uma série de escritos de grande riqueza e de suma importância para o exame de seu pensamento durante o primeiro período de sua vida. Tratam-se dos discursos que ele pronunciou quando era secretário da Academia de Ciências de Lisboa.¹⁹ Esses discursos comportavam sempre o balanço das atividades da Academia durante o ano transcorrido e davam-lhe as oportunidades de se entregar a reflexões que transpunham os limites de um relatório administrativo formal. Aos escritos de seu período europeu convém acrescentar suas memórias científicas.

Nas suas memórias com assuntos mais estritamente científicos ou técnicos, encontram-se referências precisas à história, mostrando que essa era o objeto de um conhecimento direto e vasto, tirado da leitura de primeira mão não somente das obras, como também dos documentos.²⁰ Vale lembrar que algumas dessas Memórias foram escritas antes da instalação da corte de Portugal no Brasil e, pois, muito antes da elevação do Brasil ao estatuto de Reino Unido. Portanto, o Brasil era ainda uma colônia, na plena acepção do termo, o que dá maior importância à identificação com a metrópole da parte de alguém nascido no Brasil.

Para iniciar, vejamos sua *Memória sobre a pesca das Baleias...*²¹, escrita com a finalidade de tornar essa atividade mais rentável, melhorar os métodos de pesca e, sobretudo, evitar perdas e estragos consideráveis devido ao uso de métodos ultrapassados na extração do óleo desse cetáceo. Aqui deixaremos de lado, assim como nas demais *Memórias* que utilizaremos, as partes propriamente científicas, econômicas e técnica, para nos atermos às referências à história nelas contidas.

Essa *Memória* foi escrita do ponto de vista do Império português, quem fala é um funcionário do Estado português e o assunto, a pesca da baleia no Brasil, é tratado numa perspectiva visando aumentar seu rendimento para a economia do Império:

“Uma Nação pequena como a nossa (Portugal), estendida ao longo de excelentes costas [...] com imensas colônias orladas de longas praias e rios fertilíssimos [...]”.²²

Mais adiante, a vocação das façanhas portuguesas, nos séculos XV e XVI é a oportunidade de uma identificação ainda mais explícita com a história do Império português:

“As atividades, o brio nacional, o espírito ardido que impelia as longas navegações, e estabelecimentos úteis, com que tanto nos distinguimos os Portugueses em tempo dos Senhores Reis D. João II, D. Manuel, e ainda D. João III, arrefeceu de todo [...]”.²³

Mas esse estado de desânimo presente começa a mudar, as boas idéias são estimuladas e postas em execução, embora subsistam dificuldades e circunstâncias desfavoráveis.²⁴ Como veremos mais adiante no caso de outras *Memórias*, o exame de um problema de ordem econômica presente e o cuidado de trazer uma contribuição científica é sempre a ocasião de se recorrer à história. Esta fornece dados que vão além de uma mostra de erudição e de ilustração de conhecimentos, esteando a argumentação científica e as sugestões dadas para a intervenção no presente e no futuro. A história de países que não Portugal é lembrada para mostrar que a glória, a potência e a riqueza foram fundadas pela aplicação da energia da nação em atividades econômicas aparentemente desprovidas de importância. É ali que todo o aporte da revisão histórica oriunda do Iluminismo é posto em aplicação:

“Assim não pareça exageração o dizer de *M. de Voltaire* que a pesca, e a arte de salgar arenques, que parecem objetos pouco importantes à história do Mundo, foram contudo uma das primeiras causas da grandeza de Amsterdã em particular; e o que mais é que às suas pescarias deveu a Holanda, país em outro tempo desprezado e estéril, a riqueza e respeito de que hoje goza”.²⁵

Mas ao apelo ao exemplo holandês proporciona imediatamente a oportunidade de levar a argumentação para o terreno da história colonial do Brasil e de utilizar o sólido conhecimento que dela tinha José Bonifácio, conhecimento lastreado ao mesmo tempo nos melhores autores e em fontes por vezes inéditas.²⁶

“Com efeito nada tem deixado por tentar nesta parte a indústria destes Republicanos (os holandeses); por 1658, pelo comercio que conservarão com as *Índias* do Brasil, em cabo do Norte, con-

forme o *P. Vieira* refere (t. 2, cart. 2), carregavam todos os anos só de Peixe Boi (a) mais de 20 navios; e nós hoje em dia nem hum só carregamos.

(a) Este peixe de mais de ter excelente sabor, dele se faz manteiga muito boa para servir nas luzes, e outros usos. O Autor de um MS antigo sobre varias cousas mais notáveis do Brasil diz que pelo anos de 1580 hum destes peixes pesou 20 quintais. e o P. Gaspar Affonso na Relação da Viagem e Naufrágio da Nau S. Francisco em 1596 diz que as Naus da Índia, que iam fazer escala ao Brasil costumavam levar de matalotagem barris de peixe boi, que se pescava nas abras e rios”.²⁷

Em uma Memória sobre os Diamantes, é a epopéia da descoberta das Minas que é descrita e a obra dos paulistas valorizada. O conhecimento do interior e de “suas imensas riquezas” foi, portanto fruto do esforço dos habitantes do Brasil eles mesmos, daqueles que lá nasceram. É a esse esforço que a Metrópole deve o usufruto dessas riquezas.

“Foram os Paulistas e habitantes da antiga capitania de São Vicente que descobriram essas minas e povoaram em grande parte toda essa província rica assim como as de *Mato Grosso*, *Cuiabá*, de *Goyannes* (sic) e do *Rio Grande de São Pedro*. Em uma palavra, sem eles, quase todo o interior do Brasil, com suas imensas riquezas, seria ainda desconhecido e despovoado. A Metrópole recolhe hoje o fruto de sua atividade excêntrica e de suas arriscadas descobertas”.²⁸

Em outra *Memória*, datada de 1809, tratando também da mineração, a história, mais uma vez, é posta a contribuição para a análise do presente e sobre a necessidade de desenvolver os recurso econômicos do Império português:

“Mas quem haverá, se tiver juízo e lição da história, e alguns conhecimentos de economia pública, que possa duvidar das utilidades da mineração para qualquer país rico em produções mineiras? [...] Isto que nos prova a história moderna, se conforma pela

antiga; pois que os povos mais famosos da antiguidade, os Egípcios, os Fenícios, Gregos, Cartagineses e Romanos, da lavra de suas minas tirarão muito principalmente a sua riqueza e o que mais he, a sua civilização”.²⁹

Se, se pode dizer que nas suas Memórias científicas José Bonifácio “utiliza” sempre seus conhecimentos históricos, pondo-os a serviço dos problemas do presente, é nos seus discursos como Secretário da Academia das Ciências de Lisboa que ele revela sua identidade de historiador.³⁰

Seu primeiro discurso como secretário já descreve os trabalhos da Academia relativos à coleta e publicação de documentos indispensáveis à futura e sólida elaboração de uma história portuguesa. A Academia quer contribuir com todas as suas possibilidades “para a perfeição e adiantamento da História Portuguesa”.³¹ Para tanto é preciso inventariar e publicar as fontes procurando trazer à tona inéditos ou documentos esquecidos.³² O discurso pronunciado a 24 de junho de 1815 volta ao assunto com mais detalhes sobre os trabalhos realizados no domínio da publicação de materiais históricos e textos literários. Faz-se alusão às monumentais publicações efetuadas na Itália, Alemanha, França e Inglaterra.³³

Toda essa atividade de pesquisa e publicações das fontes dá a esperança de ter “hum dia quem com Crítica apurada, arte e bom gosto nos dê um corpo de História pragmática e filosófica; que, é preciso confessar, ainda nos falta. Cumpre esperar que virá tempo em que tenhamos os nossos Gibbons, e os nossos Humes”.³⁴ O apelo a Gibbon e a Hume como modelos dessa história desejada para Portugal ilustra por si mesmo as concepções de José Bonifácio neste particular. Prevenindo-se contra ataques eventuais e, na realidade já feitos, ele adianta a defesa do conhecimento histórico, clareando sua própria relação com a história e fazendo-nos entender porque ela ocupa um lugar tão proeminente na sua cultura pessoal:

“Mas talvez que alguns desses homens azedos, desses Filósofos cáusticos, ouse dizer que entre todos os conhecimentos humanos é a história o de menor valia; porque só nos ensina o que todos sabem; isto é, que os homens sempre foram e hão de ser, mais ou menos imbecis, ou viciosos, mais ou menos enganados ou enganadores.

Embora seja assim, e concedamo-lhes de barato tamanhos paradoxos: quem porém não quererá saber as causas porque o tem sido? Mas convém saber também que os homens têm feito neste mundo de útil e de bom, pois he inegável que os tem feito; convém saber os progressos do espírito humano; as vicissitudes por onde passarão as Ciências e as Artes que nos felicitam ou deleitam; e a sorte das Nações e dos Estados. Cumpre ver o Crime detestado, e as vezes punido; a virtude estimada e as vezes premiada; cumpre enfim ver os homens sem máscara, e sem hipocrisia, comparecerem em próprio vulto, com as faltas e fraquezas que cobria a sagacidade da ambição, perante o tribunal terrível da Verdade [...].³⁵

Durante esse período acadêmico a história é de tal modo importante nos escritos de José Bonifácio que se poderia constituir um volume com suas citações qualquer que seja sua natureza.³⁶ O que importa aqui é observar que o conhecimento histórico, a reflexão sobre a história, eram para José Bonifácio uma exigência viva de seu pensamento; eram parte integrante de sua atividade intelectual. Pensar historicamente era sua forma de pensar. À medida que se abre a possibilidade do projeto de reforma do Império português, para José Bonifácio a identificação da história do Brasil com o mesmo aprofunda-se. Essa identidade se torna cada vez mais possível devido à importância crescente do Brasil no seio do Império, sobretudo após a instalação da Corte no Rio de Janeiro e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido.³⁷

Mais tarde, os limites do projeto do Império luso-brasileiro aparecem com o movimento constitucional e recolonizador, deflagrado em 1820 a partir da cidade do Porto. Paralelamente, a ação política de José Bonifácio se manifestava no Brasil, ao mesmo tempo em que sua visão de história colonial assumia nova dimensão. Antes era crítica, mas reformista, queria ser um instrumento para combater os abusos, consolidar o lugar do Brasil no conjunto do Império português.³⁸ Agora se torna a prova de todo o mal sofrido pelo Brasil durante três séculos de domínio da metrópole e assenta também a nova nacionalidade por tudo o que é considerado elemento de distinção entre brasileiros e portugueses. O ponto de ruptura pode ser situado a partir do momento em que decretos

das Cortes têm como propósito transferir para Lisboa o príncipe D. Pedro, ordenando-lhe que deixasse o Brasil.³⁹ Percebe-se de imediato o significado recolonizador desses decretos e a ameaça à unidade política que tem por centro o poder do príncipe no Rio de Janeiro. Se certos interesses provinciais podiam tirar vantagens da dissolução de seus laços com o Rio de Janeiro, a reação das províncias mais próximas da Corte foi imediata. A 24 de dezembro de 1821 uma carta endereçada ao príncipe D. Pedro e assinada pelos membros do governo da província de São Paulo faz uma crítica severa a esses decretos e comunica a decisão de se mandar uma deputação junto ao mesmo.⁴⁰ Nessa carta a idéia de união do Império português está sempre presente e é em nome dela que se nega às *Cortes* – que não tinham ainda em seu seio a presença de todos os deputados brasileiros – o direito de legislar para uma parte tão importante do Império.⁴¹

Mas vê-se também aparecer – e talvez pela primeira vez – sob a pena de José Bonifácio uma condenação do sistema colonial. Neste momento a imensa cultura histórica de José Bonifácio assume uma nova dimensão:

“Como querem despojar o *Brasil* do Desembargo do Paço, e Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Junta do Comercio, Casa da Suplicação, e de tantos Estabelecimentos novos que já prometiam futuras prosperidades? Para onde recorreram os Povos desgraçados a bem de seus interesses econômicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por doze anos a recursos prontos, a sofrer outra vez como vis Colonos, as delongas e trapaças dos Tribunais de *Lisboa*, através de duas mil léguas do Oceano, onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperança?”⁴²

Mas adiante, o Príncipe ele mesmo é interpelado e se ele aceitar os decretos de 29 de setembro de 1821, perderá perante o Mundo sua dignidade de homem e de Príncipe e será responsável:

“perante o Céu do rio de sangue que decerto vai correr pelo *Brasil* com a sua ausência; pois seus Povos, quase tigres raivosos acordarão

de certo do sono amadornado, em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a astúcia de hum novo Maquiavelismo Constitucional os pretende agora conservar”.⁴³

A 31 de dezembro de 1821, uma *representação* do Senado da Câmara da província de São Paulo, redigida por José Bonifácio, com centenas de assinaturas, foi endereçada ao Príncipe Regente com o mesmo objetivo dos textos anteriormente citados: protestar firmemente contra os decretos 124 e 125 das *Cortes* de Lisboa.

O primeiro parágrafo desse documento é uma longa retrospectiva da história colonial e é nele que se apóia a argumentação política desenvolvida a seguir:

“Se he indubitável que a Nação portuguesa por seus feitos imortais, tem sido em todas a épocas considerada uma Nação de Heróis: se é certo que nenhum Povo da terra lhe pode disputar virtudes sublimes, que tanto a enobrecem, tais como a adesão, e fidelidade a seus Reis, entusiasmo pela gloria e patriotismo exaltado: também lhe é incontestável, que ela he sempre a mesma; que os mesmos sentimentos a animam, quer habite hum ou outro Hemisfério. A História do Brasil atesta esta verdade. As heróicas proezas dos Pernambucanos, por espaço de sete anos, contra seus tiranos invasores, os Holandeses; os gloriosos e felizes esforços dos Baianos, Fluminenses e outros Povos, repelindo por vezes, agressões estrangeiras, são exemplos, que assaz evidenciam quanto os Portugueses nascidos no Brasil prezarão sempre a sua independência, ainda, quando agrilhoados pelo bárbaro despotismo. Era impossível, pois, Real Senhor, que o Brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos e valor dos seus Antepassados, e ilustrados pelas luzes do Século, não vivessem possuídos do amor da glória, e cada vez mais inflamados no desejo de ver livre e independente o seu Pais Natal [...].”⁴⁴

Nesse texto José Bonifácio começa evocando a tradição portuguesa de fidelidade ao Rei e de patriotismo, virtudes que, segundo ele, são

também as dos brasileiros, esses portugueses de além-Atlântico. Mas essas virtudes, que se revelam mesmo no tempo do “bárbaro despotismo” atestam também o apego dos brasileiros à liberdade. Esse apego assume agora todo o seu valor porque a memória dos Antepassados que lutaram pela liberdade nos tempos coloniais acrescentam-se às “luzes do Século” e com elas o “desejo de ver livre e independente seu País Natal”. Mais uma vez o recurso à história colonial do Brasil serve de base à crítica política do projeto recolonizador das *Cortes*. A instalação da Corte no Brasil, a permanência do Príncipe Regente deram à “pátria brasileira” uma situação política que não é mais a de uma “vil colônia”,⁴⁵ e então é inaceitável voltar à situação anterior. Doravante há uma nação, que desejando permanecer unida a Portugal, põe como condição dessa união o reconhecimento de seu direito às instituições e características de um governo nacional moderno: poder executivo, tribunais, exército, instituições financeiras, etc.

A 26 de janeiro de 1822, José Bonifácio, já nomeado por D. Pedro como Ministro e Secretário de Estado dos Assuntos do Reino e Estrangeiros, pronuncia um discurso em que reitera a crítica dos decretos de 29 de setembro de 1821, retomando palavra por palavra certos trechos da representação de 24 de dezembro de 1821⁴⁶ fazendo referências à história para estear a defesa dos direitos do Brasil como entidade política distinta.⁴⁷

Mas nesse discurso José Bonifácio vai além de uma crítica ao sistema colonial e à política recolonizadora das *Cortes*. Uma proposição é feita ao Príncipe D. Pedro de proclamar “à face do Universo” sua recusa em aceitar os últimos decretos. Em consequência, ele deve continuar a exercer o poder executivo no Rio de Janeiro, sem levar mais em conta as ordens vindas de Lisboa e convocar uma “*Junta de Procuradores Geraes*” com representantes de cada província.⁴⁸

A primeira das proposições toma corpo num documento que tem por título *Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas* redigido por José Bonifácio.⁴⁹ É datado de 6 de agosto de 1822 e é a seqüência da decisão tomada pelo Príncipe Regente.⁵⁰

O *Manifesto* de 6 de agosto de 1822 constitui um dos textos mais importantes no conjunto dos documentos ligados ao movimento de Independência, pelo fato de ele afirmar “a vontade geral do Brasil que

proclama face ao universo sua Independência política”⁵¹, e porque as críticas dirigidas ao projeto de recolonização nele adquirem o porte de um verdadeiro requisitório contra o sistema colonial.

No conjunto dos escritos de José Bonifácio analisados até agora, nenhum foi tão longe na descrição e condenação dos séculos de colonização. Se, na sua visão do passado colonial, a guinada anuncia-se com a chegada dos decretos das Cortes de 29 de setembro de 1821, é no texto do *Manifesto* de 6 de agosto que a ruptura se dá efetivamente. Essa ruptura política acompanha-se, e pode-se até mesmo dizer que exige, de uma cisão ao nível da visão histórica do passado colonial do Brasil. O 7 de setembro de 1822 será assim a última e radical confirmação de uma situação de separação já em curso.

O Brasil, diz o *Manifesto*, quer conservar as relações políticas e comerciais com os governos e nações amigas e é preciso explicar os fatos e os motivos da afirmação de sua independência, tendo Portugal sempre exercido seu domínio sobre o Brasil atingindo mais do que nunca os seus direitos, agora com a política das Cortes.⁵² A identificação com a história do Império português é abandonada, e indígenas e colonos são então mostrados como vítimas do sistema, denunciando através de seu mecanismo de exploração:

“Quando por hum acaso se apresentara pela vez primeira esta rica e vasta região basílica aos olhos do venturoso Cabral, logo a avareza e o proselitismo religioso, móveis dos descobrimentos e colônias modernas se apoderarão dela por meio da conquista, e leis de sangue, ditadas por paixões e sórdidos interesses, firmarão a tirania Portuguesa. O indígena bravo e o colono europeu foram obrigados a trilhar a mesma estrada da miséria e escravidão. [...]

Queriam que os Brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Se a indústria de alguns homens mais ativos tentava dar nova forma aos produtos do seu solo para com eles cobrir a nudez de seus filhos, leis tirânicas o empeciam, o castigavam estas nobres tentativas. Sempre quiseram os Europeus conservar este rico país na mais dura e triste dependência da metrópole porque julgavam ser-lhes necessário estancar, ou pelo menos empobrecer a fonte perene de suas riquezas. [...]

Se homens empreendedores ousavam mudar o curso de caudalosos ribeirões, para arrancar de seus álveos os diamantes, eram logo impedidos pelos agentes cruéis do monopólio e punidos por leis inexoráveis. [...]

Se, finalmente, o Brasileiro, a quem a provida natureza deu talento não vulgares anelava instruir-se nas ciências e nas artes para melhor conhecer seus direitos, ou saber aproveitar as preciosidades naturais com que a providencia dotara o seu país, mister lhe era i-las mendigar a Portugal, que pouco possuía, e d'onde muitas vezes lhe não era permitido regressar. Tal foi a sorte do Brasil por quase três séculos, tal a mesquinha política que Portugal sempre acanhado em suas vistas, sempre faminto e tirânico, imaginou para cimentar o seu domínio e manter o seu fictício esplendor. Colonos e indígenas, conquistados e conquistadores, seus filhos e os filhos de seus filhos, tudo foi confundido, tudo ficou sujeito a um anátema geral. E por quanto a ambição do poder e a sede de ouro são sempre insaciáveis e sem freios não se esqueceu Portugal de mandar continuamente bachas (sic) desapiedados, magistrados corruptos, e enxames de agentes fiscais de toda a espécie, que, no delírio de suas paixões e avareza, despedaçavam os laços da moral, assim pública como domestica, devoraram os mesquinhos restos dos suores e fadigas dos habitantes, e dilaceravam as entranhas do Brasil que os sustentava e enriquecia, para que, reduzidos à última desesperação, seus povos, quais submissos Muçulmanos, fossem em romaria à nova Meca comprar com ricos dons e oferendas uma vida, bem que obscura e lânguida, ao menos mais suportável e folgada. Se o Brasil resistiu a esta torrente de males, se medrou no meio de tão vil opressão, deveu-o a seus filhos fortes e animosos que a natureza tinha talhado para gigantes; deveu-o aos benefícios dessa boa mãe que lhes dava força sempre renascente para zombarem dos obstáculos físicos e morais que seus ingratos pais e irmãos opunham acintemente ao seu crescimento e prosperidade".⁵³

Essa longa apresentação dos males e dos abusos do sistema colonial, impregnada da experiência vivida e de referências à crítica iluminista

da colonização denuncia o “restabelecimento do odioso sistema colonial”. A polarização metrópole/colônia substitui doravante por completo a visão anterior de uma história que integrava a ambas.

Enquanto durou a esperança de dar um lugar autônomo ao Reino do Brasil no conjunto do Império português, era possível falar em uma história de algum modo única e integrada, das diversas partes do Império. A crítica do sistema colonial, se bem que presente, permanecia contudo reformista.

Nos escritos que antecederam o *Manifesto*, a autoconsciência nacional permanece limitada porque sempre se via como fazendo parte da história e geograficamente de um conjunto político mais vasto. Essa limitação foi reforçada pelo estabelecimento da Corte no Brasil e sua elevação à categoria de Reino Unido, dando a este o lugar de destaque no conjunto do corpo político do Império português, daí decorrendo a importância das pressões e contrapressões exercidas para o regresso do rei João VI e do príncipe D. Pedro.

Após doze anos de permanência da Corte no Brasil, o projeto de recolonização visando ao desmantelamento de todas as instituições do Estado forçara a uma diferenciação entre a história de dois povos. Os brasileiros não se consideram mais como portugueses do Brasil, a história da colonização e do Império português não mais será uma história de glórias compartilhada por colonos e reinóis, mas se tornará a história da opressão dividindo dois povos, duas nacionalidades, duas nações.⁵⁴

A divisão e a oposição entre Portugal e Brasil tomarão nas palavras do *Manifesto* todo o seu significado na comparação entre um e outro. O primeiro é o Velho Mundo em decadência, o segundo o Novo, portador de promessas. Voltamos a encontrar aqui a “*disputa del Nuevo Mundo*” com toda a sua força política:

“Quem ignora igualmente que he quase impossível dar nova força e energia a povos envelhecidos e defecados? Quem ignora hoje que os belos dias de Portugal estão passados, e que só do Brasil pode esta pequena porção da monarquia esperar seguro arrimo e novas forças para adquirir outra vez a sua virilidade antiga! Mas de certo não poderá o Brasil prestar-lhe estes socorros, se alcançarem esses insensatos decepar-lhes as forças, desuni-lo e arruína-lo⁵⁵.”

Com esse confronto entre o envelhecimento da metrópole e a vitalidade do Brasil, o caminhar do pensamento histórico de José Bonifácio se completa, refletindo também o de uma fração dos participantes à independência do Brasil. A condição da preservação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves era o reconhecimento desse deslocamento de seu centro, com todas as conseqüências. No pensamento e nos fatos, isso era inaceitável para os liberais portugueses que haviam obrigado o regresso do rei João VI e que agora eram detentores das decisões metropolitanas. Para o Brasil era impossível aceitar “ser riscado para sempre do número das nações e povos livres, ficando outra vez reduzido ao antigo estado colonial e de comércio exclusivo”.⁵⁶

Com a declaração da independência, é pois uma nova entidade política que se constitui: o Império do Brasil. Os projetos de reforma no seio do vasto Império português, até então encarados como possíveis, cedem lugar aos projetos de português, até então encarados como possíveis, cedem lugar aos projetos de formação da nação brasileira. É com vistas à sua constituição que José Bonifácio apresentou dois projetos de capital importância.⁵⁷ O primeiro sobre a civilização dos índios selvagens do Brasil⁵⁸ e o segundo sobre o fim do tráfico dos escravos e a abolição gradual da escravidão.⁵⁹ Problemas essenciais da herança colonial, que era preciso solucionar sob pena de comprometer a obra da independência e o projeto de formação de um Império liberal. Para ele era impossível constituir uma nação próspera e livre sem a integração dos índios no seu seio, não como sujeitos considerados como menores políticos, mas preparados para serem futuros cidadãos.

Quanto à escravatura, tratava-se de uma questão inegavelmente mais difícil de solucionar, mas também mais importante uma vez que o caráter das instituições políticas do Império dependia de sua manutenção ou de sua abolição.⁶⁰ Nos *Apontamentos...* encontra-se todo um programa tendo por objetivo reparar o mal advindo de três séculos de más relações entre brancos e índios. Se alguns aspectos da cultura indígena explicam as dificuldades opostas à sua civilização, estas são também frutos dos:

“[...] cativeiros antigos; o desprezo com que geralmente os tratamos, o roubo continuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhuns jornais, alimen-

tando-os mal, enganando-os nos contratos de compra e venda, que com eles fazemos, e tirando-os anos e anos de suas famílias, e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes e talentos”⁶¹

Deixando de lado as medidas e princípios defendidos por José Bonifácio para a integração do índio na comunidade nacional,⁶² concentremo-nos sobre a relação de seu texto com a história. Após ter lembrado as dificuldades de civilizar os índios por causa de alguns traços de sua cultura e os erros e crimes cometidos pelos brancos, José Bonifácio aborda uma questão central e, de certo modo, velha de vários séculos: podem os índios ser civilizados? Na resposta dada, recorrendo à história, José Bonifácio acerta suas contas com escritores que estiveram no centro da polêmica anti-indígena. As dificuldades para a conversão religiosa dos índios são comparáveis àquelas opostas pelos gregos e os romanos, infinitamente mais instruídos e civilizados do que os primitivos habitantes do Brasil.⁶³ Algumas das limitações de ordem mental e moral, como a fraqueza e o medo que “alguns Escritores Europeus fazem ingênita aos Índios” são desmentidas pelos testemunhos de cronistas com Lery e Simão Vasconcelos, sem falar no exemplo do índio Camarão durante a guerra contra os Holandeses em Pernambuco.⁶⁴

Toda a argumentação desenvolvida por José Bonifácio em defesa da possibilidade de civilização dos índios baseia-se em vários testemunhos, entre eles os dos jesuítas, confirmando que, no passado, certas *raças* ou *nações* indígenas fizeram por si mesmas progressos sociais, como “os Tupiniquins e Potiguares de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, que eram grandes lavradores, os Carijós de Lagoa dos Patos, que já tinham casas bem cobertas e defendidas do frio, e não comiam carne humana, e alguns outros”.⁶⁵ Esses exemplos e os da catequese jesuíta mostram que os índios são capazes de ser evangelizados e civilizados e que suas limitações provêm não de sua natureza, mas das circunstâncias dos seu modo de vida: “mudadas as circunstâncias, mudão-se os costumes”.⁶⁶ E, inevitavelmente, José Bonifácio passa a examinar a idéia do bom selvagem e da relação entre o indivíduo e a sociedade:

“[...] o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação, e benefícios. Se Catão nascera entre os Satrapas da Pérsia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos. Newton, se nascera entre os Guaranis seria mais um bípede que pesara sobre a superfície da terra; mas um Guarani criado por Newton talvez ocupasse seu lugar. Quem ler o dialogo que traz Lery na sua viagem ao Brasil entre hum Francês e hum velho carijó, conhecerá que não falta aos Índios bravos o lume natural da razão”.⁶⁷

Mas se acredita na perfectibilidade do índio, José Bonifácio sabe que não é fácil obter sua confiança e que eles odeiam e temem os brancos e, quando podem, os matam. Todavia, o comportamento dos índios é fruto das injustiças e das crueldades praticadas pelos cristãos contra eles. Estes foram dizimados desde o início da colonização, assim como mostra o testemunho dos jesuítas, e toda a legislação portuguesa que procurou em vão defendê-los contra a cupidez dos colonos.⁶⁸

Nesse texto, que devia ser submetido às Cortes de Lisboa, a história da colonização, em particular no concernente aos índios, é invocada como o alicerce de uma política nacional de integração dos índios e como base crítica do comportamento dos colonos. Se a continuidade dos métodos dos jesuítas parece possível, é preciso acompanhá-la de uma ruptura com o passado para garantir o desenvolvimento do Império e a estabilidade de suas instituições liberais.⁶⁹

É com relação a essa questão fundamental que a lucidez política de José Bonifácio enfrenta o problema da escravatura. Já vimos que antes da independência, ainda no quadro da existência do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a questão se encontrava entre aquelas que os deputados paulistas deviam apresentar às *Cortes* de Lisboa. A independência a tornou ainda mais premente e naturalmente devia se impor entre as discussões que iam definir as bases políticas, sociais, étnicas, demográficas e econômicas da nova nação.⁷⁰

A escravidão é uma herança do antigo despotismo⁷¹ e uma de suas conseqüências é a formação de um povo “mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade”,⁷² o que facilitava o domínio da metrópole

sobre sua antiga colônia. Mas o Brasil independente constituiu-se pela ruptura com a sujeição colonial, e uma nova nação está se formando e definindo suas futuras instituições políticas e civis:

“Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”⁷³

Eis a questão central do projeto de José Bonifácio sobre a escravidão no Brasil e que a dissolução da Assembléia Constituinte impediu de ser, pelo menos, realmente discutida. Esse projeto é com toda certeza seu mais rico texto político, entre outras razões porque percebeu com agudeza que em torno do problema da escravidão se definiam todas as questões da organização nacional, desde a política até as relações entre o homem e a natureza.

É importante assinalar que ao contrário dos outros escritos até agora examinados, as referências históricas explícitas são relativamente pouco numerosas. Evidentemente é o sistema colonial que está na origem desse mal chamado escravidão e que José Bonifácio condena em nome da *sã política, da Razão e do Evangelho*, mas esse mal se tornou um mal que a nação brasileira deve expiar porque ela é também culpada desse pecado.⁷⁴ A escravidão perpetua a história colonial na existência da nova nação. E é por isso que o passado colonial não é tratado aqui como um sujeito histórico morto, mas como uma realidade do presente que a separação da metrópole não dirimiu.

O crime da escravidão não é um crime histórico que se inscreve no passado. Permanece um crime presente na vida das nações e, sobretudo, quando não se toma a decisão de suprimi-lo. Ele comprometerá a própria obra da regeneração nacional inaugurada pela independência. Manter a escravidão é comprometer a prosperidade econômica da nação, é condená-la ao atraso técnico, impedi-la de criar indústrias. Manter a escravidão é alimentar no seio da nação, inimigos mortais que, não tendo nada a perder, seguirão algum dia o exemplo dos escravos de São Domingos. A manutenção da escravidão impede a constituição verdadeira de um povo, já que a população permanece dividida por uma perigosa heterogeneidade física, racial e civil.⁷⁵

A demissão de José Bonifácio de seu cargo de ministro do Império e a dissolução da Assembléia Constituinte suprimiu de pronto o debate⁷⁶ e o Brasil que era “a única Nação de sangue Europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos Africanos”⁷⁷ foi a última na América Latina a abolir a escravatura.

IV

Por meio do exame da visão do período colonial no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, nosso propósito é o de contribuir a repensar alguns aspectos do processo da independência, projetando luz no lugar fundamental do conhecimento histórico na formação de uma consciência política que, inicialmente ligada à idéia de autonomia no *seio do Império português*, chega a se desligar dela pela reivindicação de uma história do ponto de vista do colonizado.

Que o conhecimento histórico tenha sido um dos elementos da formação política dos homens que fizeram a independência, este é um dado na ordem do pensamento que obriga a não simplificar a percepção dos acontecimentos e dos problemas que lhes dizem respeito. A elaboração de uma reflexão histórica já supõe que uma formação social dada tenha alcançado certo grau de desenvolvimento. Para o Brasil, incorporado à história universal pela expansão colonial portuguesa, essa referência à história apresentava inevitavelmente certos limites e muitas ambigüidades que, todavia, não impediram a formação de uma autoconsciência suscetível de conduzir a um projeto de constituição de uma nação.

Nesta, a relação à sua história manifesta-se como uma relação cheia de complexidade pelo fato que o passado da nação se confunde com todo esse longo período colonial contra o qual se quis erguer uma nova época histórica, a da vida nacional.

A criação do Estado Nacional anunciava a chegada da “época feliz da regeneração política da Nação Brasileira”.⁷⁸ Tinha também o sentido de uma conjuração do passado, contudo ainda vivo, e por muito tempo, quando os interesses ligados à escravatura conseguiram mantê-lo.

Notas

* Este texto foi escrito faz já duas décadas. Ficou inédito até o presente. Recebe agora acolhida na revista *Clio* e enfrentará o crivo crítico de seus possíveis leitores. Creio que apesar de conceber atualmente certas questões de maneira diferente do momento de sua redação, algumas idéias e sugestões deste texto ainda possuem algum valor. As citações de escritos de José Bonifácio foram atualizadas.

** Universidade Federal de Pernambuco.

¹ Para uma confrontação entre o escrito histórico e o projeto social na tradição historiográfica ocidental, ver: Josep FONTANA, *História, analisis del pasado y proyecto social* (Barcelona: Editorial Crítica, 1982); mais restrito e de outro ponto de vista, Charles-Olivier CARBONELL, *L'Historiographie* (Paris: PUF, 1981. Col. *Que sais-je?* n. 1966), sobretudo os capítulos VII, VIII, IX.

² Na imensa bibliografia consagrada à questão nacional citamos aqui: Otto BAUER, *La Cuestion de Las Nacionalidades y la SocialDemocracia* (México: Siglo XXI Editores, 1979 [1ª ed em alemão, 1907]); Pierre VILLAR, *Reflexions sur les fondements des structures nationales* (In: *La Pensée*. Paris, n. 217-218, p. 46-64, jan/fev. 1981); Idem, *Iniciación al vocabulario del analisis histórico* (Barcelona, Editorial Crítica, 3ª ed., 1981); Félix PONTEIL, *L'éveil des Nationalités et le Mouvement Liberal (1815-1848)* (Paris: PUF, 1968. *Collection Peuples et Civilisations* vol. XV); Boyd C. SHAFER, *Le Nationalisme: mythe et réalité* (Paris: Payot, 1964); Atas do Colóquio *Patriotisme et Nationalisme en Europe*. XIII Congresso Internacional das Ciências Históricas (Moscou, 1970 – editadas pela Sociedade de Estudos Robespieristas, Paris: 1973).

O estudo comparativo da questão nacional escapa ao nosso propósito. No entanto, a partir das situações evocadas acima se pode desprender um elemento comum: “os povos que não possuíam ainda instituições nacionais e governo nacional constatam que eles deviam criá-los para não permanecerem oprimidos pelos povos que as possuíam” (SHAFER, Op. cit., p. 95). Um exemplo do alcance histórico além-Atlântico dos acontecimentos latino-americanos pode ser indicado pelo interesse demonstrado pelos românticos e decembristas russos com relação à Independência e o processo de formação da jovem nação. Ver J. BALDRAN, *Entre a Rússia e o Brasil...a França*. (In: *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, n. 37-38, p. 143-154, 1977-1978. Sobre a Independência do Brasil, ver José Honório RODRIGUES, *Independência; Revolução e Contra-revolução* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975/1976, 5 vol.) e para uma recente reavaliação da questão: Fernando A. NOVAIS, *Passagens para o Novo Mundo* (In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, p. 2-8, jul. 1984).

³ Na sua tese sobre a visão francesa do Brasil durante os primeiros decênios do século XIX, Jeanine Potelet lembra, pertinentemente, a preocupação de Chateaubriand, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na França da Restauração:

“se o Novo Mundo se tornar inteiramente republicano, as monarquias do Velho Continente desaparecerão”. Cf. *Le Brésil vu par des voyageurs français*, 1816-1840 (Tese para o Doutorado de Estado. Universidade Paris X-Nanterre, 1980, Tomo I, p. 182, nota 16). Ver também p. 60.

- 4 Não ignoramos que o divisor de águas entre os dois povos nem sempre era bem preciso, sobretudo do ponto de vista político. Considerando o período que vai de 1808 a 1822/23, o lugar de nascimento não significava o alinhamento automático em um dos campos em luta. Portugueses lutaram pela Independência, assim como brasileiros não a aceitaram e permaneceram a serviço de Portugal. O caso de Pedro I, português e primeiro imperador do Brasil, constitui o exemplo mais conspícuo dessa possibilidade de ignorar uma rígida linha divisória entre reinóis e brasileiros. Seja como for, o português Pedro I nunca se sentiu à vontade diante do inevitável anti-lusitanismo de seus súditos brasileiros, nem tampouco se sentiu inteiramente livre da suspeição popular sobre a sinceridade de sua conversão à causa da pátria brasileira. Em 1831 esses elementos de suspeição contribuiriam para consumir a ruptura entre o imperador e a nação, surgindo então a possibilidade de uma nacionalização mais completa do poder político. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que seria condenado à morte pela sua participação na Confederação do Equador, movimento separatista e republicano, escreveu pouco tempo antes de sua detenção: “A proporção que nossos trabalhos se estendem a beneficiar nossos compatriotas, nós caminhávamos ao perigo e à ruína, pois que nossas verdades chocavam os interesses de D. Pedro de Alcântara, príncipe português, que o Brasil imprudente e loucamente havia aclamado seu imperador”. (Itinerário que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, saindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará-Grande. In: *Obras Políticas e Literárias de Frei Caneca*. Colecionadas pelo Comendador Antonio Joaquim de Mello. 2ª ed. Recife: 1972, p. 111).
- 5 Antonello GERBI, *La Disputa del Nuevo Mundo: Historia de una polémica, 1750-1900* (2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982 [1ª ed. Em italiano, 1955]).
- 6 Ver, para tomar o exemplo mais prestigioso, as páginas consagradas por Antonello GERBI à visão de Hegel: “La América de Hegel” (Op. cit., p. 527-558).
- 7 Ver Michéle DUCHET, *Le partage des savoirs: discours historique, discours ethnologique*. (Paris: La Découverte, 1985).
- 8 Neste particular, aqui sucintamente evocado, ver o livro de Gerbi, já citado. Para uma bibliografia muito útil, ver Horacio Jorge BECCO, *Contribucion para una bibliografia de las ideas latinoamericanas* (Paris: UNESCO, 1981). Sobre alguns aspectos da “disputa” durante o período que antecedeu a declaração de Independência do Brasil, ver J. H. RODRIGUES, op. cit., p. 78-79 e p. 149-168 (*Atitudes portuguesas na Independência brasileira*). Manuel Fernandes Thomaz, personagem de destaque da Revolução do Porto (1820), num panfleto pleiteando a volta do Rei

João VI a Portugal diz: “[O Brasil] é um gigante, em verdade, mas sem braços, sem pernas; não falando de seu clima ardente, e pouco sadio, o Brasil está hoje reduzido a umas poucas hordas de negrinhos, pescados nas costas d’África, cínicos, e só capazes de suportar (e não por muito tempo) os dardejantes raios de uma zona abrasada; seu terreno interior está inculto, e seria preciso que decorressem séculos para cultivar-se [...].” (apud J. H. RODRIGUES, op. cit., p. 78).

- ⁹ Ver Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil* (1ª ed. integral. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1981, vol. 3, t. 5, Seções XLVIII-XLIX). Lembremos duas importantes obras históricas que ilustram perfeitamente nossas considerações: *Corografia Brasilica*, de Aires do Casal e *a Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brazílicas* [...], de Luís dos Santos Vilhena.
- ¹⁰ Para um exemplo, entre outros, ver a circular enviada pelo coronel Luís Antonio Neves de Carvalho, secretário do Governador da Capitania de São Paulo, datada de 15 de março de 1805 e enviada aos Capitães-mores e Comandantes de Ordenanças (*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. LVI, p. 172-3, citado por Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Cultura no Brasil Colônia* [Petrópolis, Vozes, 1981, p. 50]).
- ¹¹ Ver Manuel Xavier de Vasconcelos PEDROSA, *Letrados do Século XVIII* (In: *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da sede do governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1967, vol. 4, p. 257-318); E. Bradford BURNS, *Concerning the transmission and dissemination of the enlightenment in Brazil* (In: ALDRIGE, A. Owen (ed.). *The Ibero-American enlightenment*. University of Illinois Press, 1971, p. 256-281); Maria Odila da Silva DIAS, *Aspectos da Ilustração no Brasil*. (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, 1968).
- ¹² Se as crônicas, histórias ou genealogias coloniais não questionam o sistema colonial, se elas se integram numa tradição historiográfica ligada aos modelos metropolitanos, elas significam também que parte dos colonos e das instituições implantadas na colônia podem fundar sua própria história. História que, em certos casos, pode se distanciar com orgulho da metrópole e, nas genealogias, representar uma jogada política pela oposição do passado prestigioso das velhas famílias coloniais e de seus títulos, em face dos recém-chegados, sem nomes, sem títulos, sem passado. Sobre a historiografia colonial brasileira ver José Honório RODRIGUES, *História da História do Brasil* (1ª parte: *Historiografia Colonial*. São Paulo: 1979). Ver também Maria B. Nizza da SILVA, *A livreria pública da Bahia: obras de história* (*Revista de História*, São Paulo, n. 87, p. 225-239, 1971), e José Antonio Gonsalves de MELLO, *Estudos Pernambucanos* (1ª ed., Recife: 1960).
- ¹³ Maria B. Nizza da SILVA, *Cultura no Brasil Colonial*, op. cit., p. 79.
- ¹⁴ F. A. de VARNHAGEN, *História da Independência do Brasil* (7ª ed., 1981, p. 17 [faz parte do vol. 3 da 10ª ed., citado, de sua *História Geral do Brasil*]).

- ¹⁵ Obras como as de José da Silva LISBOA, *Prosperidade do Brasil pelos Liberais Princípios da Nova Legislação* (1811), *Memória dos benefícios do Governo de el-Rei Nosso Senhor D. João VI* (1818); e de Luiz Gonçalves dos SANTOS, *Memórias para servir à história do reino do Brasil, dividida em três épocas da felicidade, honra e glória [...]*, exprimem com grandiloquência e espírito cortesão a idéia de que a colônia, com a chegada da Corte, encontrou seu lugar na história universal.
- ¹⁶ Ver F. A. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, op. cit., Seção LIV (Escritores, Viajantes e Imprensa Periódica do Reinado). As notas devidas a Rodolfo Garcia e que acompanham essa seção são particularmente ricas como inventário das *Memórias e Projetos* que seguem esta “redescoberta do Brasil” acima mencionada. Varnhagen, aliás, teve a percepção do fenômeno e a Seção LIV é a última de sua obra histórica maior, abrangendo toda a história do Brasil antes da independência. Para ele, a colônia havia se tornado então um assunto de história plenamente constituído e chegado a um grau de maturidade intelectual que ia se realizar com a independência. Ver, *História Geral da Civilização Brasileira* sob a direção de Sérgio Buarque de HOLANDA (3ª ed. São Paulo: Difel, 1970, T. II, v. 1, [*Livro Primeiro, O Novo Descobrimento do Brasil*]). Sobre a idéia da fundação de um vasto império tendo por centro o Brasil, ver nessa mesma obra, p. 136-141. O tema foi examinado amplamente por Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política: 1798-1822* (Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994).
- ¹⁷ A bibliografia consagrada a José Bonifácio de Andrada e Silva é imensa e muito desigual. Mencionaremos aqui sobretudo o livro de Otavio Tarquínio de SOUSA, *José Bonifácio* (2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957).
- ¹⁸ José Bonifácio nasceu em Santos a 13 de junho de 1763. Em 1783 ele parte para Portugal para fazer seus estudos. De 1790 a 1800 ele viaja por diversos países da Europa, pensionado pelo governo português, em missão de estudos científicos, particularmente mineralógicos. Em 1801 foi nomeado professor de Metalurgia e Ministro da Relação e Casa do Porto. No ano seguinte ele recebe a incumbência de dirigir os trabalhos do rio Mondego e as obras públicas da cidade de Coimbra. Comandou o *Batalhão Acadêmico* que se opôs às tropas francesas de ocupação. Em 1813 é secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Para maiores detalhes biográficos, ver, Otavio Tarquínio de SOUSA, op. cit., e *José Bonifácio de Andrada e Silva: O Patriarca da Independência* (São Paulo: Cia. Editora Nacional [Brasiliense], 1939) e Emília Viotti da COSTA, José Bonifácio: homem e mito (In: MOTA, Carlos Guilherme [org.] *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 102-159).
- ¹⁹ Salvo engano, esses discursos não chegaram a ser objeto de uma análise global e sistemática. Otavio Tarquínio de Sousa, principal biógrafo de José Bonifácio, menciona apenas a existência deste período da vida de José Bonifácio e percebe-

se que ele quer, sobretudo, evitar fazer referência ao elogio acadêmico da rainha Maria I, pronunciado a 20 de março de 1817. Para ele, os cargos e os discursos pronunciados por José Bonifácio foram “entretenimento social” e sua “vida mundana [...] sua representação oficial”. E acrescenta: “Muito mais consideráveis do que os discursos acadêmicos, que não prescindiram, como de praxe, do elogio de monarcas e príncipes nem sempre à altura das palavras ditas, e de atitudes cautelosas no tocante às idéias e movimentos políticos tidos na época por perigosos ou subversivos, foram as memórias que apresentou, os trabalhos que publicou, todos de cunho prático, colocando o conhecimento científico no plano teórico, mas invariavelmente desejoso de aplicá-lo”. (SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 109). Não há dúvida que O. T. de Sousa quer que esqueçamos que o Patriarca da Independência do Brasil foi também o homem que, no mesmo momento em que no Nordeste do Brasil se tomavam as armas num movimento de independência de caráter republicano, fazia em Portugal o elogio fúnebre da rainha que ordenara a repressão à Inconfidência Mineira (1789). Entre os participantes da revolução de 1817, consta um irmão de José Bonifácio, então ouvidor de Olinda promovido a Conselheiro do Governo Provisório e que, por essa participação, foi aprisionado durante quatro anos na Bahia. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva escreveu a José Bonifácio para dar-lhe a notícia da revolução em Pernambuco e de sua participação no Governo como Conselheiro. Ver *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (Rio de Janeiro: 1953, vol. CI, p. 126). A carta é datada de Pernambuco, a 14 de abril de 1817. Não queremos afirmar que, na ocasião do elogio citado, seu autor já estivesse a par de todos esses acontecimentos. O próprio José Bonifácio opõe seu desmentido à análise que pretende reduzir sua obra a uma “ciência ao serviço de utilidades imediatas”: “mostra a história do mundo que as nações que desprezando o gosto da Literatura, só se deram ao escabroso e árido das Ciências puras, nunca produziram uma obra que passasse à posteridade”. (Elogio Acadêmico... In: José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Editadas por Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo, 1963-1965; 3 vol., vol. II, p. 50).

- ²⁰ Não cuidamos aqui do exame de sua obra literária no sentido restrito, particularmente de seus poemas. Contudo, uma citação chega a dar idéia de suas preocupações intelectuais e de suas leituras: “Em algumas de suas poesias datadas do período que esteve em Coimbra ou em outros que foram, segundo grandes probabilidades, escritos na mesma fase, ecoam os nomes de seus autores prediletos. Lá surgem Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Pope, Virgílio, Horácio, Camões. Todos são invocados numa ode *Amizade*, e mais ainda

Tu Leibniz imortal, tu grande Newton

A razão lhe revigora!

Os vastos turbilhões, partos sublimes

Do criador Descartes.”

(SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 63.)

- ²¹ As *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, publicadas entre 1789 e 1815, representam uma manifestação do projeto de reforma esclarecida do Império português. De modo significativo, boa parte é dedicada a produtos coloniais e à sua exploração de uma maneira mais rentável. Vários brasileiros colaboraram com essa obra, quer por meio de trabalhos originais, quer por traduções de obras estrangeiras que, a seguir, eram difundidas no Brasil pela administração. Sobre as *Memórias Econômicas*...ver, Abílio Diniz SILVA. *A formação política de desenvolvimento econômico no final do século XIII: Análise das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas* (1789-1815). Monografia para o Diploma de Ciências Econômicas. Universidade Paris I, 1969, 1 vol. dat. , 110 p.
- ²² José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Memória sobre a Pesca das Baleias e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. In: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*. Tomo II, Lisboa, MDCCXC, p. 389. Nós a citamos segundo a reprodução fac-símile de Edgar de Cerqueira FALCÃO, citado, vol. I, p. 25.
- ²³ *Ibid.*, p. 401-402 (p. 38 da edição citada). Nessa mesma *Memória* uma das razões dadas para a falta de aperfeiçoamento nos métodos de exploração da pesca da baleia é, precisamente e apesar de tudo, os lucros auferidos pelos concessionários do contrato de pesca: “Creio que o que faz esquecer estas economias aos diretores do Brasil são os prodigiosos lucros do Contrato: digo prodigiosos, porque no ano de 1775 só na armação de S. Catarina se pescarão perto de 500 baleias e são 400\$000 reis o que rende de ordinário cada uma”. *Ibid.*, p. 402, nota. (p. 38 da edição citada).
- ²⁴ “Mas já hoje (graças ao governo benéfico, e maternal da nossa Augusta Soberana) há quem fomenta as boas idéias, e as ponha em execução”. *Ibid.*, p. 38. Este elogio de D. Maria I, em uma *Memória* científica, portanto fora das “mundanidades” da vida de José Bonifácio e anterior ao seu cargo de Secretário da Academia de Ciências de Lisboa, nos leva, mais uma vez, a rever a análise de O. T. de Sousa sobre os discursos acadêmicos de José Bonifácio. Pode-se dizer que estamos diante de um lugar comum, empregado por alguém que era pensionado da Coroa. Contudo, para além desse aspecto, José Bonifácio exprime, então, sua identificação com o Império português e com uma monarquia esclarecida. O elogio da rainha é, de fato, o elogio da monarquia esclarecida.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 386 (p. 25 da edição citada).
- ²⁶ Como seria fácil verificar ao longo das citações que se seguem, José Bonifácio fez um verdadeiro trabalho de historiador. Seu conhecimento dos textos e das fontes é de primeira mão. Sua cultura clássica permitia-lhe ter acesso direto às fontes escri-

tas em latim:

“As ilhas de Cabo Verde, a Costa de Angola e de Guiné, e o Brasil somente (de quem dizia o Holandês Pizon (sic) na História natural daquele país que (a) em abundância e excelência de pescado nenhuma região podia julgar mais afortunado) que de pescarias lucrosas não apresenta? (a) Dubito, diz Pizon, nobilitate et frequentia piscium au ulla regio beatier hoc censeri possit.” Ibid., p. 390 (p. 26 da edição citada).

²⁷ Ibid., p. 389 (p. 25 da edição citada).

²⁸ *Memória sobre os Diamantes do Brasil*, lido na Sociedade de História Natural de Paris pelo Sr. D’Andrada. *Anais de Química ou Compêndio de Memórias Concernente à Química e às Artes que dela dependem*. Outubro de 1792. Tomo XV, Paris. MDCCXCII, p. 83-84. (Vol. I, p. 51-52, da edição citada).

²⁹ José Bonifácio de Andrada (sic) Memória feita pelo Desembargador...extraída do Jornal Patriota de Julho de 1813 (Vol. X, p. 112-113 da edição citada). Nessa mesma Memória, José Bonifácio cita os “Livros da Chancelaria do Senhor D. Diniz onde se acha uma grande collecção de Cartas Régias, Privilégios e outras providências dadas desde o tempo do Senhor D. Sancho I até o Senhor D. Manuel a favor dos Mineiros de Adissa, que mineravão oiro desde Almada até a Costa” (Ibid., p. 114).

³⁰ Os Discursos, pronunciados no final de um período de um ano de atividades (junho a junho) da Academia das Ciências comportavam sempre o balanço de tudo o que havia sido realizado por seus membros, o inventário dos trabalhos em curso e projetos para o futuro. Merecem ser lidos na sua totalidade tamanha é sua riqueza como fonte de informações sobre as atividades da Academia ou como fonte para a história intelectual em Portugal e no Brasil. José Bonifácio foi Secretário da Academia de 1813 até 1819. Seu primeiro discurso neste cargo foi proferido a 24 de junho de 1813 e o último a 24 de junho de 1819.

³¹ Discurso contendo a História da Academia Real de Sciencias, desde 25 de junho de 1812 até 24 de junho de 1813 por José Bonifácio de Andrada e Silva, Secretário da mesma Academia. Lido na Assembleia Publica de 24 de junho de 1813. Publicado nas *Memorias de Mathematica e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo III, parte II, Lisboa, 1814.

³² O indispensável trabalho de recolher e publicar as fontes da história da nação é acrescido de uma tarefa não menos fundamental aos olhos de José Bonifácio, a promoção da literatura portuguesa e a restauração da língua: “Com igual patriotismo criou outra nova Comissão de cinco Membros: para que debaixo do mesmo espírito procurem promover a Literatura Portuguesa, a restauração de nossa Língua e a continuação do nosso Dicionario [...]”. Ibid., p. 140.

³³ Após ter evocado o exemplo dessas nações, diz José Bonifácio: “Era justo portanto que mostrássemos também igual amor à nossa Historia,...e nestes últimos dois anos tem a Comissão recolhido mais de duzentos (documentos) somente até os

fins do Século XII; [...] Hum deles é raríssimo por ser um testamento da Era de 811, mais antigo portanto, que nenhum outro até agora entre nós conhecido”. Discurso contendo a História da Academia Real de Sciencias desde 25 de junho de 1814 até 24 de junho de 1815. *Ibid.*, p. 367. Aqui encontramos expressa mais uma vez a identificação com a história de Portugal, e muito antes da incorporação do Brasil a essa história. Convém acrescentar que nas descrições dos trabalhos históricos da Academia, José Bonifácio se revela bom conhecedor do método histórico mais adiantado de sua época.

- ³⁴ *Ibid.*, p. 367-368. Mas adiante Maquiavel e Guichardin são apresentados como exemplos, e as crônicas da expansão do Império português são comparadas ao modelo historiográfico que é Tito Lívio: “Se nossos Historiadores Antigos não escreverão com toda a crítica e gosto que já começavam a raiar em Maquiavel e Guicardini (sic) podemos contudo blasonar que depois do renascimento das Letras, fomos os primeiros que apresentamos ao Mundo hum corpo de História volumoso e rico de notícias, que pode talvez correr parelhos com o de Tito Lívio: taes são as Décadas do nosso imortal Barros, cujo estilo he mais natural e castiço que o de Lívio...”. *Ibid.*, p. 368-369.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 368. É assim nesse mesmo discurso que José Bonifácio resume: “em mui pequeno quadro a decadência rápida das Letras do Império de Roma, desde o brilhante século de Augusto, até o seu renascimento no século XVI por diante”. *Ibid.*, p. 354. Para sua visão da história da cultura em Portugal e a fundação da “Academia Real das Sciencias de Lisboa”, *Ibid.*, p. 360-364.
- ³⁶ “Para uso próprio ou visando talvez a uma comunicação à Academia das Ciências, arrolou pacientemente a maior parte das inscrições romanas que encontrou em velhas pedras e monumentos do país, transcrevendo-as e traduzindo-as, como se verifica no exame dos papéis e notas de seu arquivo”. SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 110. E, alguns anos depois, durante seu exílio na França, a história continua sempre como parte de seus interesses intelectuais, ao lado das Ciências Naturais e da Literatura: “rogo-lhe que assine e me remeta a parte do Boletim das ciências históricas, antiguidades, filosofia, etc. [...]”. Carta datada de Bordéus a 13 de outubro de 1824 a Menezes Drummond. *Ibid.*, p. 295. “A 20 de janeiro de 1825, pedia a *Obra Nova de Brogniart, Introdução à Mineralogia*, Paris: 8 vol. na Livraria Levrault e solicitava informações sobre a *História das Plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai*, de Saint Hilaire; e sempre, em cartas sucessivas, reclamava livros e revistas já antes encomendados, ou manda comprar outros, como a *Revista Enciclopedica*, a *Revista Britanica*, um livro do bispo Gregoire – nobreza de Pela –, o *Mapa Geográfico, Estatístico, Histórico e Político do Brasil*, de Darnet, a *Corografia Brasílica d’Áires do Casal*, a *História da Revolução* de Mignet, a *História do Brasil*, de Roberto Southey, o *Compendio de Geografia Universal*, de Malte-Brun, o *Tratado de Química* de Desmarests. Revistas e livros científicos que não se envergonhavam da companhia de Virgílio, cujas *Bucólicas* desejava segundo Voss, com as notas e o texto ao lado”. SOUSA, O. T., *José*

Bonifácio, op. cit., p. 295.

- ³⁷ Ver Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil* (Op. cit., vol. 3, tomo V, p. 34. nota 96 e p. 119).
- ³⁸ As Instruções para os deputados paulistas às *Cortes* em Lisboa foram escritas com a idéia de que o Brasil fazia parte integrante do Império português, e não há ruptura entre a história do Brasil e a do Império. Ver O. T. de SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 151-152.
- ³⁹ Os decretos das Cortes são datados de 29 de setembro de 1821; o primeiro de número 124 ordena a criação de juntas provisórias de governo provincial, ligadas diretamente a Lisboa e o segundo, o 125 dá ordem ao Príncipe D. Pedro para voltar à Europa, para incógnito, viajar à Espanha, França e Inglaterra para “concluir” sua educação. Chegaram ao Rio de Janeiro a 9 de dezembro de 1821 e foram publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro* a 11 de dezembro de 1821. Conforme SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 159.
- ⁴⁰ O texto completo da carta, escrita por José Bonifácio, encontra-se nas suas *Obras Científicas, Políticas e Sociais* (Op. cit., vol. II, p. 221-225).
- ⁴¹ “[...] Na sessão de 6 de agosto passado (1820) disse o Deputado das Cortes, Pereira do Carmo, (disse uma verdade eterna) que a Constituição era o Pacto social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma Nação se quer constituir em Corpo Político; e que o fim desta Constituição he o bem geral de todos os indivíduos, que devem entrar nesse pacto social. Como pois ousa agora uma mera fração da grande Nação Portuguesa, sem esperar a conclusão desse solene pacto Nacional atentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquíssimo Reino do Brasil, despedaçando-o em míseros retalhos, e pretendendo arrancar por fim do seu seio, o Representante do Poder Executivo. E aniquilar de um golpe de pena todos os Tribunais e Estabelecimentos necessários a sua existência e futura prosperidade? [...] Mas enganam-se os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa se se capacitam que podem iludir com vãs palavras e ociosos fantasmas o bom sizo dos honrados Portugueses de ambos os Mundos”. *Ibid.*, p. 222-223.
- ⁴² *Ibid.*, p. 222.
- ⁴³ *Ibid.*, p. 224. Vale ainda observar que a permanência do Príncipe D. Pedro no Brasil, mesmo sem que ainda se configure a separação com a metrópole, representa a garantia da união contra os separatistas provinciais e também a garantia da existência autônoma do Brasil no seio do Reino Unido. Essa idéia se encontra na representação datada de São Paulo a 31 de dezembro de 1821 (*Ibid.*, p. 231).
- ⁴⁴ *Ibid.*, p. 229. É interessante observar que nenhuma alusão é feita a acontecimentos tais que a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana de 1798, a Revolução de 1817 no Nordeste. Uma das razões desse “esquecimento” é certamente o fato que esses movimentos foram antimonárquicos.

- ⁴⁵ Ibid., p. 230.
- ⁴⁶ As *Cortes* querem, para restaurar as finanças da Metrópole; “o restabelecimento do antigo Comercio exclusivo Colonial, origem fecunda das desgraças e do longo abatimento em que jazera o Reino do Brasil” e a criação das *Juntas Provinciais* ligadas diretamente a Lisboa tem por finalidade “condenar astuciosamente o Brasil a ser outra vez Colônia, e a representar o papel de abjeto escravo”. Ibid., p. 237.
- ⁴⁷ Os exemplos evocados são aqueles da união das coroas ibéricas (1580-1640), do Reino da Irlanda, do Hanôva, da Boêmia e da Hungria. Ibid., p. 238-239.
- ⁴⁸ Ibid., p. 240. Ver também SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 180.
- ⁴⁹ O texto completo do *Manifesto* está em José Bonifácio de ANDRADA E SILVA, *Obras Políticas, Científicas e Sociais*, op. cit., vol. III, p. 266-280. Ver também SOUSA, O. T., *José Bonifácio*, op. cit., p. 214-216.
- ⁵⁰ A decisão do Príncipe D. Pedro de ficar no Brasil, conhecida com o nome de “O Fico”, foi tomada a 6 de janeiro de 1822. O *Manifesto* de 6 de agosto e “O Fico”, bem antes do célebre “Grito do Ipiranga” de 7 de setembro de 1822, marcam já a existência politicamente autônoma do Brasil, mesmo se formalmente ainda se fale da conservação da união com a metrópole. Ver Francisco Adolfo VARNHAGEN, *História da Independência do Brasil* (Op. cit., cap. IV, p. 94-95).
- ⁵¹ O *Manifesto* repete que o Brasil se vê ainda como “Reino Irmão” de Portugal. Mas essa afirmação aqui já é uma fórmula ritual. Na realidade o essencial reside na afirmação de ruptura com as *Cortes* de Lisboa e na decisão de instalar ou de manter todas as instituições de uma nação soberana. Ademais, essa fórmula ritual de “Reino Irmão” explica-se também pelo cuidado de não suscitar a oposição da Santa Aliança e não colocar o Príncipe D. Pedro, ainda herdeiro da coroa portuguesa, em posição de infidelidade com relação ao seu pai, o Rei João VI.
- ⁵² O Brasil quer: “como Reino Irmão, e como nação grande e poderosa conservar ilesos e firmes seus imprescritíveis direitos, contra os quais Portugal sempre atendeu, e agora, mais que nunca, depois da decantada regeneração política da monarquia pelas *Cortes* de Lisboa”. José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Obras*, Op. cit., p. 266.
- ⁵³ Ibid., p. 269. Ver também J. H. RODRIGUES, op. cit., p. 239-242.
- ⁵⁴ O primeiro parágrafo do *Manifesto* faz alusão explícita ao “caráter brasileiro”. ANDRADA E SILVA. *Obras*, Op. cit., p. 266.
- ⁵⁵ Ibid., p. 278. Esta mesma idéia da diferenciação entre o Velho e o Novo Mundo, mas com conseqüências para a organização das instituições políticas, encontra-se no *Manifesto do Povo do Rio de Janeiro*, dirigido ao Senado da Câmara, apoiando a permanência de D. Pedro no Brasil: “Ha uma distância mui considerável entre o meio dia da Europa e o meio dia da América; a natureza humana aqui experimenta uma mudança sensível, um novo céu, e por isso mesmo uma nova influência sobre o caráter de seus indivíduos; é impossível que os povos classificados em oposição

física, se possam reunir debaixo do mesmo sistema de governo: a indústria, a agricultura, as artes em geral, exigem no Brasil uma legislação particular, e as bases deste novo código devem ser esboçadas sobre os locais onde depois hão de ir ter sua execução”. Este *Manifesto*, datado de 29 de dezembro de 1821, foi redigido por Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio. Ver, Roberto MACEDO, Reino Desunido, o Fico (*Anais do Congresso de história da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1975, vol. I, p. 7-75. Para a citação, p. 19).

- ⁵⁶ *Manifesto* de 6 de agosto de 1822. José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Obras...*, op. cit., p. 274.
- ⁵⁷ Nas *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisorio para os Senhores Deputados da Província de São Paulo*, datado de 10 de outubro de 1821, e que devia orientar a ação dos deputados paulistas nas *Cortes* de Lisboa, já aparece a questão da abolição da escravidão e da civilização dos índios. Sobre as diferentes versões do projeto de José Bonifácio sobre a civilização dos índios e sobre as discussões desse problema nas *Cortes* ver: George C. A. BOEHRER, Variants Versions of José Bonifácio Plan for the civilization of the Brazilian Indians. (In: *The Americas*, Washington, vol. XIV, jan, 958 n. 3); e Some Proposals to the Cortes Gerais 1821-1823, on the Indian Problem (*Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1960, vol. II). Uma edição crítica dos *Apontamentos* foi publicada pelo professor Boehler (Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1963, que infelizmente não tivemos a oportunidade de consultar ainda). Ver também José Honório RODRIGUES, *O Pensamento Político e Social de José Bonifácio* (*Obras*, op. cit., p. 17-18) *Independência-Revolução e Contra-Revolução* (Op. cit., p. 99-102 e 111).
- ⁵⁸ *Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*. In: *Obras...*, op. cit., tomo II, p. 103-114.
- ⁵⁹ *Representação à Assembléia pela Província de S. Paulo*” (Paris na Typographia de Firmin Didot..., MDCCCXXV). Essa representação não foi submetida à Assembléia Constituinte do Império por causa de sua dissolução por ordem de Pedro I, a 12 de novembro de 1823. José Bonifácio foi um dos deputados aprisionados e exilados.
- ⁶⁰ José Honório Rodrigues está com toda razão quando ressalta que com a demissão de José Bonifácio, a dissolução da Assembléia, sua prisão e seu exílio, o espírito anti-reformista se implanta no Brasil e as instituições políticas e econômicas do Império serão, em grande parte, a continuidade do passado. RODRIGUES, op. cit., vol. II, p. 6-7.
- ⁶¹ *Obras...*, op. cit., tomo II, p. 103.
- ⁶² A criação do Serviço de Proteção aos Índios, se quis inspirada nas idéias de José Bonifácio, idéias que na verdade, salvo raras exceções, permaneceram como uma referência formal. O SPI, atualmente FUNAI, foi criado em 1910.

- ⁶³ “Não nos devemos admirar das dificuldades que se opõem à sua conversão religiosa se refletirmos que os Gregos e Romanos, Nações tão instruídas e civilizadas levarão séculos antes de entrarem de todo no seio do Cristianismo. Reflitamos igualmente que os negros da Costa d’África, apesar do Comercio, e trato diário que com eles tem os Europeus, estão quase no mesmo estado de barbaridade que os nossos Índios do Brasil”. *Obras...*, op. cit., p. 104. A comparação entre o paganismos dos índios da América e o dos gregos e romanos encontra-se também em outros autores. Por exemplo, o jesuíta Clavigero, ardente defensor dos índios mexicanos. Ela constituía, “conocido y bien explorado expediente de apologética que ya Ovideo utilizaba con freqüência. Desde el punto de vista religioso, los americanos no eram peores que las augustas figuras de los tiempos classicos”, Antonello GERBI, op. cit., p. 258.
- ⁶⁴ ANDRADA E SILVA, *Obras...*, op. cit., p. 104.
- ⁶⁵ *Ibid.*, p. 105. José Bonifácio lembra igualmente o exemplo das Missões Jesuítas como prova de capacidade dos índios ascenderem a um patamar mais alto de organização social e cultura: “Reflitamos igualmente no que fizeram os jesuítas nas suas Missões do Paraguai e do Brasil, e mais teriam feito se o seu sistema não fora de os separar da comunicação dos Brancos, e de os Governar por uma Teocracia absurda e interessada. Em 1732, nas 30 Missões dos Guaranis junto as margens do Paraná e Uruguai viviam já 141. 182 almas, e desde 1747 até 1766 foram batizados nestas Povoações 91. 520 pessoas”. (*Ibid.*, p. 105). Podemos indagar se o argumento do crescimento demográfico dos índios das missões não é apresentado aqui também contra a idéia da frigidez sexual dos índios, idéia que fazia parte da visão negativa da América. Ver A. GERBI, op. cit., p. 11 e s., 21, 62, 181, 185, 210 e s., 349, 354, 416, 510.
- ⁶⁶ ANDRADA E SILVA, *Obras...*, op. cit., p. 105.
- ⁶⁷ *Ibid.*, p. 105.
- ⁶⁸ *Ibid.*, p. 105. Para o testemunho do P. Antonio Vieira: “Calcula o Padre Antonio Vieira que em 30 anos pelas guerras, cativeiros, e moléstias, que lhes trouxeram os Portugueses, estão mortos mais de dois milhões de índios”. Ver também p. 105-06 para as referências, numerosas, às leis publicadas pela Coroa portuguesa relativas aos índios.
- ⁶⁹ “He preciso pois imitar e aperfeiçoar os métodos de que usarão os jesuítas”, op. cit. p. 106. “Procurara (o tribunal conservador dos índios) com o andar do tempo, e nas Aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos Índios com a nossa gente, e fazer deles todos hum só corpo da nação, mais forte, instruída, e empreendedora, e destas Aldeias assim amalgamadas irá convertendo algumas Vilas como ordena a Lei já citada de 1755” (*Ibid.*, p. 113). “Dos que tiverem feito mais progressos nas Aulas, e tiverem mostrado melhor comportamento, escolhera os Maiores e Chefes Militares, não só para as Aldêas dos Índios, mas também com o andar do tempo

para as povoações Brasileiras, tendo-se uma vez preocupações anti-sociais e injustas” (Ibid., p. 113-114). Sobre a polêmica acerca da aptidão dos índios para as ciências e as letras, ver: A. Gerbi, op. cit. p. 257-258.

- ⁷⁰ Não entraremos aqui em todos os pormenores concernentes ao problema da abolição do comércio dos africanos e da escravatura. Assinalaremos que a discussão do problema já se havia apresentada bem antes do Século XIX e que José Bonifácio evidentemente não foi o primeiro nem o único a tratar do assunto. Mas, no Brasil foi ele quem, com toda certeza, apresentou as proposições políticas mais concretas e mais adiantadas para pôr fim a essa herança colonial.
- ⁷¹ Três questões são fundamentais para ele no tocante à prosperidade futura do Império do Brasil: a Constituição, a civilização dos índios, a abolição do tráfico e, aos poucos, da escravidão. Ver ANDRADA E SILVA, *Obras...*, op. cit., p. 123.
- ⁷² Ibid., p. 125. No texto de José Bonifácio, o domínio da metrópole sobre o conjunto da população brasileira é assimilado à escravidão.
- ⁷³ Ibid.
- ⁷⁴ “Começemos pois desde já esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos [...] devemos também ser penitentes, devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens, que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado contra a justiça e contra a religião...” (Ibid., p. 125).
- ⁷⁵ “He tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. He da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade physica e civil [...]”. (Ibid., p. 126).
- ⁷⁶ “Joaquim Nabuco seria mesmo de opinião que à influência dos traficantes de pretos deveu-se pelo menos em grande parte, a queda e o prolongado exílio de José Bonifácio”. Pedro Octavio Carneiro da CUNHA, *A Fundação de um império liberal* (In: HOLANDA, Sérgio Buarque de [dir.] *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed., São Paulo: Difel, 1970, tomo II, vol. I p. 167).
- ⁷⁷ ANDRADA E SILVA, *Obras...*, op. cit., p. 124.
- ⁷⁸ Ibid., p. 123.